

*Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.850 - RJ (2015/0227516-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A  
**RECORRENTE** : FIBRIA CELULOSE S/A  
**ADVOGADOS** : ALFREDO DOMINGUES BARBOSA MIGLIORE - SP182107  
CLAUDIA REGINA FIGUEIRA - SP286495  
MARINA MENDES - SP330812  
**RECORRIDO** : CLICKPAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - MASSA  
FALIDA  
**REPR. POR** : EDISON ROCHA DA SILVA - ADMINISTRADOR  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO FALIMENTAR E PROCESSUAL CIVIL. CREDORES HABILITADOS. DIFERENTES PROCURADORES. ART. 191 DO CPC/73. PRAZO EM DOBRO PARA RECORRER. APLICABILIDADE.

1- Ação distribuída em 14/11/2006. Recurso especial interposto em 24/4/2015 e atribuído à Relatora em 25/8/2016.

2- O propósito da presente irresignação é definir se o prazo recursal dos recorrentes (credores habilitados no processo de falência do recorrido) deve ser contado em dobro, conforme regra do art. 191 do CPC/73.

3- A norma precitada dispõe que, de modo geral, conta-se em dobro os prazos para falar nos autos quando, no processo, houver litisconsortes representados por diferentes procuradores.

4- Tanto na doutrina quanto na jurisprudência, é indene de dúvidas que a falência consiste em instituto processual cuja natureza jurídica é de execução coletiva.

5- Tratando-se de processo executivo, há precedente desta Corte reconhecendo que credores que participam de concurso de preferências são considerados litisconsortes.

6- A Lei de Falências e Recuperação de Empresas, outrossim, prevê expressamente, em seu art. 94, § 1º, que, havendo reunião de credores, a fim de se obter o limite pecuniário mínimo exigido para requerimento da falência do devedor, aqueles devem ser considerados litisconsortes.

7- Nesse contexto, e à míngua de disposições específicas na LFRE em sentido contrário, deve ser reconhecida a incidência da norma do art. 191 do CPC/73 para a prática de atos processuais pelos credores habilitados no processo falimentar quando representados por diferentes procuradores.

**RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

*Superior Tribunal de Justiça*

**ACÓRDÃO**

Brasília (DF), 19 de março de 2018(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora